



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLADO SIC [REDACTED]

UNIDADE: Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS

SECRETARIA: Secretaria de Planejamento e Gestão

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 118/2016

1. Tratam os presentes autos de pedidos formulados à Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, números SIC em epígrafe, sobre critérios usados para a demissão de mais de 40 empregados, de janeiro a março de 2016.
2. Justifica-se a análise conjunta dos três pedidos de acesso a informações pelo fato de serem solicitações idênticas, alterando-se apenas o departamento da Companhia para o qual foram direcionadas as demandas.
3. Em suas respostas, a Companhia informou não ter demitido mais de quarenta empregados e prestou esclarecimentos sobre os critérios utilizados para os desligamentos, a cargo de cada gerente de área em conjunto com o respectivo diretor.
4. Insatisfeito, em recursos hierárquicos, o interessado apresentou novos questionamentos, os quais foram também respondidos. Irresignado, interpôs recursos de competência desta Ouvidoria Geral do Estado, conforme estipulado pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
5. A análise dos casos concretos demonstra que os pedidos inaugurais, ainda que devidamente respondidos pela Companhia, buscavam manifestação sobre situação concreta, caracterizando-se como consulta, o que desborda do âmbito de aplicação da Lei de Acesso à Informação, conforme entendimento já consolidado desta Ouvidoria Geral do Estado e também pela Controladoria Geral da União: “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL. Recorrente: A.L.S.S.).



OGE 12
PS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Por sua vez, as manifestações recursais dirigidas a esta Ouvidoria Geral não atendem aos requisitos exigidos pela Lei Estadual n. 10.177/98, que, em seu artigo 43, III, é cristalina ao exigir a necessidade de “exposição, clara e completa, das razões da inconformidade”. Nos casos em apreço, não se visualiza insurgência contra a resposta oferecida pela Companhia, limitando-se o interessado a afirmar que esperava a posição governamental sobre o caso, a caracterizar consulta ao invés de pedido de informação, extrapolando o âmbito de aplicação da Lei de Acesso à Informação.
7. Nada impede - sendo mesmo salutar - que o ente demandado esclareça dúvidas sempre que possível, tendo sido esse o caminho trilhado no presente caso. Inevitável, contudo, a conclusão de que, nesses casos, o objeto do recurso não encontra respaldo na legislação vigente, limitando-se as hipóteses recursais cabíveis àquelas expressamente previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, que regulamenta a Lei.
8. Diante do exposto, prestadas as informações pertinentes e ausente demanda recursal nos moldes da legislação vigente, **não conheço do recurso**, tendo em vista o não preenchimento dos requisitos trazidos pelo art. 43, III, da Lei Estadual 10.177/1998, restando, ainda, desatendidas as hipóteses estipuladas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 18 de abril de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO